

A educación ambiental no Brasil: diferentes perspectivas e boas prácticas *Environmental education in Brazil: different perspectives and good practices*

Simone Portugal e Marcos Sorrentino  OCA-Laboratório de Educação e Política Ambiental.
Universidade de São Paulo (Brasil)

Resumo

A Educación Ambiental brasileira tem se construído, desde o início dos anos de 1970, por meio de diferentes concepções e práticas, que se expressam em nomenclaturas como educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não-formal, para o desenvolvimento sustentável, para sociedades sustentáveis, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, dentre outras. Da história desta educação faz parte o compromisso com a luta por liberdades democráticas, com forte clamor por mudanças sociais e políticas, que está na origem do movimento ambientalista brasileiro. Em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente, iniciou-se a institucionalização da Educação Ambiental e hoje ela está presente em diversos documentos, que reforçam a obrigatoriedade de sua inclusão em todos os níveis de ensino e orientam ações, projetos e programas diversos. Partindo de distintas perspectivas o fazer educador ambientalista têm por foco a conservação de áreas protegidas (Unidades de Conservação), preservação de espécies, campanhas em defesa da Amazônia, educação ambiental escolar, gestão ambiental, programas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos, dentre outros. Práticas que diferem quanto ao posicionamento político-pedagógico e vão desde as mais preservacionistas até as socioambientalistas voltadas à participação e à transformação social. A Oca-Laboratório de Educação e Política Ambiental da ESALQ/USP embasa seu fazer educador em um método e cinco conceitos, compreendidos como pilares para o desenvolvimento de qualquer ação educadora ambientalista, oferecendo assim aportes práticos, conceituais e teóricos às suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária.

Astract

Since the beginning of the 1970s, different conceptions and practices constructed Brazilian Environmental Education, that are expressed by environmental education nomenclatures such as popular, critical, political, community, formal, non-formal, for sustainable development, for sustainable societies, conservationist, socio-environmental, outdoors, among others. The history of this education includes a commitment to the struggle for democratic freedoms, with a strong clamor for social and political changes, which is at the origin of the Brazilian environmental movement. In 1981, with the National Environmental Policy, the institutionalization of Environmental Education began, and today it is present in several documents, which reinforce the compulsory inclusion in all levels of education and guide diverse actions, projects and programs. Starting from different perspectives, the environmentalist educator way of doing is focused on the conservation of protected

areas (Conservation Units), preservation of species, campaigns in defense of the Amazon, school environmental education, environmental management, programs for selective collection and recycling of solid waste, management of water resources, among others. Practices that differ in terms of political and pedagogical positioning and range from the most preservationist to the socio-environmentalists focused on participation and social transformation. The Oca-Environmental Education and Policy Laboratory from ESALQ/USP bases its educator way of doing in a method and five concepts, understood as pillars for the development of any environmentalist educator action, thus offering practical, conceptual and theoretical contributions to its activities of teaching, research, extension and university management.

Palabras chave

Educação ambiental; Brasil; concepções e práticas.

Key-words

Environmental education; Brazil; conceptions and practices.

Quero a utopia, quero tudo e mais
 Quero a felicidade nos olhos de um pai
 Quero a alegria muita gente feliz
 Quero que a justiça reine em meu país
 Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
 Quero ser amizade, quero amor, prazer
 Quero nossa cidade sempre ensolarada
 Os meninos e o povo no poder, eu quero ver
 São José da Costa Rica, coração civil
 Me inspire no meu sonho de amor Brasil
 Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
 Vou sonhar coisas boas que o homem faz
 E esperar pelos frutos no quintal
 Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?
 Viva a preguiça, viva a malícia que só a gente é que
 sabe ter
 Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida
 Eu vou viver bem melhor
 Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar
 (Coração Civil, Milton Nascimento e Fernando Brant)

A Educação Ambiental vista sob diferentes óticas

Os ideais de justiça socioambiental, liberdade e felicidade expressos na bela música “Coração Civil”¹, de Milton

1 <https://www.youtube.com/watch?v=Wg0opaj8OWU0>

NASCIMENTO e Fernando BRANDT, apresentada na epígrafe deste artigo, também inspiram inúmeras práticas de educação ambiental (EA) realizadas no Brasil.

O compromisso com a luta por liberdades democráticas marca a história desta educação desde o início dos anos 70.

A educação ambiental surge no Brasil “muito antes da sua institucionalização pelo governo federal, marcada, no início dos anos 70, pela emergência de um ambientalismo que se une às lutas pelas liberdades democráticas. No campo educativo, esse movimento se manifesta por meio da ação isolada de professores, estudantes e escolas, em pequenas ações de entidades da sociedade civil ou mesmo por parte de prefeituras municipais e governos estaduais com atividades educacionais relacionadas à recuperação, conservação e melhoria do ambiente”. (BRASIL, 2014:15).

A necessidade de inclusão da EA em diferentes ações e programas, bem como, em todos os níveis e modalidades de ensino, foi institucionalizada por meio de documentos como a Política Nacional de Meio Ambiente (1981), a Constituição Federal (1988), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o Programa Nacional de Educação Ambiental (1994, 2003); a Lei (1999) e o Decreto (2002) da Política Nacional de Educação Ambiental; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012).

Ao longo destes anos o fazer educador ambientalista tem se construído por meio de diferentes concepções e práticas, que se expressam em nomenclaturas como educação para sociedades sustentáveis, “*educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não-formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas entre tantas outras*” (CARVALHO, 2004:15). Elas diferem quanto ao posicionamento político-pedagógico e vão desde as mais preservacionistas, até as socioambientalistas voltadas à participação e à transformação social. Para CARVALHO (2004) é necessário “*situar o ambiente conceitual e político onde a educação ambiental pode buscar fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade*” (*Ibidem*, 18).

Para SORRENTINO (2000), além das correntes acima citadas, é possível identificar quatro conjuntos de temas e objetivos ligados ao fazer ambiental:

“Biológicos: relacionam-se à proteção, conservação, preservação das espécies, ecossistemas e o planeta como um todo, conservação da biodiversidade e do clima (deter o buraco na camada de ozônio e o efeito estufa); degradação da natureza.

Espirituais/Culturais: referem-se à promoção do autoconhecimento e o conhecimento do Universo, através do resgate de valores, sentimentos, tradições e de uma nova ética fundamentada em valores como verdade, amor, paz, integridade, diversidade cultural, felicidade e sabedoria, visão global e holística.

Políticos: propõem o desenvolvimento de uma cultura de procedimentos democráticos, o estímulo à cidadania e à participação popular, à formação e aprimoramento de organizações, ao diálogo na diversidade e à autogestão política.

Econômicos: pretendem contribuir para a melhoria da qualidade de vida através da autogestão do trabalho, dos recursos e dos conhecimentos, da geração de empregos em atividades “ambientais”, não alienantes e não exploradoras do próximo”. (SORRENTINO, 2000:110).

No Brasil encontram-se exemplos de boas práticas que se realizam sob diferentes perspectivas, como as que têm por foco a conservação de áreas protegidas (em

especial as Unidades de Conservação) e outras associadas à preservação de espécies, campanhas em defesa da Amazônia, educação ambiental escolar, gestão ambiental, programas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos, dentre outros.

Com foco na preservação de espécies, pode-se citar o Projeto Tamar², que desde o ano de 1980 atua em prol da conservação, pesquisa e manejo de cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, todas ameaçadas de extinção.

Também de abordagem preservacionista o Projeto Baleia Jubarte, desenvolvido pelo Instituto Baleia Jubarte desde o ano de 1988, desenvolve atividades socioeducativas com comunidades litorâneas nos Estados da Bahia e do Espírito Santo, para proteção desta baleia na região do Banco dos Abrolhos³.

A organização não governamental Fundação SOS Mata Atlântica⁴ desenvolve há mais de 30 anos campanhas e atividades com ampla repercussão na sociedade para defender os últimos remanescentes deste bioma brasileiro, a mata Atlântica, contribuindo também para a consolidação

do movimento conservacionista brasileiro. Igualmente com atuação dedicada à proteção e defesa do meio ambiente, a organização não governamental GREENPEACE Brasil, desde 1992 usa o ativismo e a criatividade para realizar ações, *“promovendo conhecimento e conscientização pública, mobilização social e articulação política para diversas causas, sempre de forma independente”*⁵.

Ações socioambientais relacionadas com a conservação dos bens naturais e da biodiversidade são também o foco do *“Programa Cultivando Água Boa”*, desenvolvido pela Itaipu Binacional na área de influência da Hidrelétrica. O Programa atua a partir do conceito de bacia hidrográfica, utiliza metodologia que se fundamenta em documentos nacionais e planetários de educação ambiental e contempla diversas ações relacionadas à segurança hídrica da região, com a promoção da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Na linha de ações ligadas à sustentabilidade socioambiental na agricultura, a Cooperafloresta tem se destacado pelo importante papel desempenhado visando contribuir com a *“geração de uma agricultura e de uma sociedade onde a produção e comercialização de grande fatura de alimentos é o fruto do amor das pessoas entre si e com a natureza e desta*

2 <http://www.tamar.org.br/>

3 <http://www.baleiajubarte.org.br/proje-toBaleiaJubarte/index.php#>

4 <https://www.sosma.org.br/>

5 <https://www.greenpeace.org/brasil/>

maneira, da regeneração e conservação das florestas”⁶. Esta organização de famílias agricultoras pertencentes a comunidades tradicionais, como os quilombolas⁷, vive no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo e tem por foco a produção e comercialização de alimentos sem uso de agrotóxicos e por meio do sistema agroflorestal.

A dimensão educadora ambientalista também está presente nas ações desenvolvidas pelo Projeto Assentamentos Agroecológicos-Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA) da ESALQ/USP. Realizado na região do Extremo Sul do Estado da Bahia, o Projeto envolve um conjunto de movimentos sociais e uma rede de parceiros locais, regionais e nacionais, em várias frentes de atuação articuladas e integradas, visando contribuir para a transição agroecológica, com vistas à construção de sociedades sustentáveis.

Dentre as iniciativas da Oca-Laboratório de Educação e Política Ambiental da

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) está a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) que, por meio de oficinas, palestras e mutirões promove diálogos e reflexões sobre temáticas relacionadas à sistemas de produção de alimentos, reforma agrária, justiça socioambiental. A JURA⁸ foi criada em 2013, durante o 2º *Encontro Nacional dos Professores Universitários* e, desde então, ocorre entre os meses de abril e maio em diferentes universidades federais, estaduais, particulares e institutos de ensino. O período foi definido para dialogar com o dia 17 de abril, quando, em 1996, ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, que resultou na morte de 19 trabalhadores sem-terra. É uma articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que envolve outras organizações do campo, movimentos sociais urbanos, universidades, além dos núcleos políticos dentro das universidades, como o movimento estudantil, entre outros.

Para embasar seu fazer educador, oferecendo aportes conceituais e teóricos às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, a Oca, além das atividades práticas de intervenção, tem se dedicado ao longo de seus aproximadamente 30 anos de existência à construção de um método e a definição

6 <https://www.cooperafloresta.com/loja-e-carrinho-c3m4>

7 Quilombolas são os atuais habitantes de comunidades negras rurais formadas por descendentes de africanos escravizados, que vivem, na sua maioria, da agricultura de subsistência em terras doadas, compradas ou ocupadas há bastante tempo. Disponível em http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=857:quilombolas&catid=51:letra-q. Acesso outubro de 2018

8 <https://juraesalq.wordpress.com/>

de cinco conceitos, compreendidos como pilares para o desenvolvimento de qualquer ação educadora ambientalista.

Cinco conceitos e um método

A educação ambiental realizada pela Oca tem como eixo central a participação dialógica e visa potencializar cada pessoa para enfrentar os desafios planetários globais e atuar nos cuidados com a vida em todas as suas dimensões.

O desenvolvimento de processos educadores alinhados com estes princípios é fortalecido por meio de uma estrutura conceitual e metodológica que lhes dá organicidade e facilita sua compreensão. Assim, o Método Oca (Figura 1), longe de ser algo pronto e engessado é incremental e, acima de tudo, um convite para que

cada pessoa traga a sua contribuição, o seu olhar, a sua maneira de propiciar diálogos, reflexão e ação.

Ele parte de princípios, “valores, conceitos e diretrizes, bem como de análises conjunturais com temáticas geradoras socioambientais, do enunciar das utopias individuais e coletivas, do mergulho em si e no diálogo com o outro, num processo educador e formador, em cuja dinâmica estrutural seus doze componentes interagem de forma circular e transversal”. (OCA, 2016:75).

Os 12 componentes do Método podem ser trabalhados sem obedecer a uma ordem única, mas interagindo de forma transversal e articulada, sendo que o processo pode ser iniciado por qualquer um, como sugestão para animar diálogos, não havendo necessidade de seguir todos, porém quanto mais forem utilizados, maior

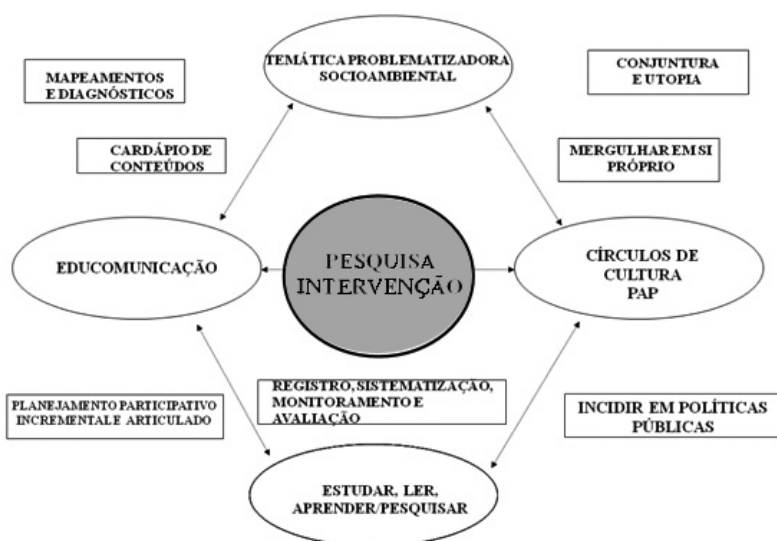


Figura 1: Método Oca

a probabilidade de favorecer uma visão multirreferencial e de totalidade sobre a complexidade da questão a ser abordada. São eles: temática problematizadora; círculo de cultura; mergulhar em si próprio; conjuntura e utopia; planejamento participativo incremental e articulado; estudar, ler, aprender, pesquisar; mapeamentos e diagnósticos; intervenção educadora socioambientalista pesquisante; incidir em políticas públicas; educomunicação; registro, sistematização, monitoramento e avaliação; cardápio de conteúdos.

Assim como o Método, a polissemia dos conceitos de Identidade, Comunidade, Potência de Ação, Diálogo e Felicidade fundamentam o fazer ambientalista, comprometido com a transição para sociedades sustentáveis.

Eles foram definidos após um ciclo de estudos coletivos realizados entre os anos de 2009 e 2010 neste Laboratório de Educação, buscando responder questões como: que estratégias podem ser pensadas para dar continuidade às ações de uma intervenção educacional? Como garantir a continuidade e sustentabilidade de processos EA? Quais caminhos podem contribuir para o aprimoramento de processos de Educação Ambiental e para sua autogestão política?

Para esta construção *“partimos do conceito de Comunidade, em que cada qual busca*

e exercita sua própria Identidade, individual e coletiva, a partir do Diálogo, cujas descobertas incrementam a Potência de Ação, permitindo que sejamos capazes de iniciar e manter processos que possibilitem a tão almejada Felicidade” (SORRENTINO et al., 2013: 22).

A OCA compreende que o Método e os cinco conceitos podem auxiliar no diálogo reflexivo entre teoria e prática, comunicação e educação, favorecendo o planejamento de intervenções educadoras socioambientalistas pesquisantes, sintonizadas com o aprimoramento humano e com ações voltadas ao bem comum.

Considerações finais

A educação ambiental brasileira se constrói com base em diferentes perspectivas, concepções e práticas, que têm por foco a conservação de áreas protegidas e outras associadas à preservação de espécies, campanhas em defesa da Amazônia, educação ambiental escolar, gestão ambiental, programas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos, dentre outros.

Com sua institucionalização no ano de 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente, hoje ela está presente em diversos documentos, que reforçam a obrigatoriedade de sua inclusão em todos

os níveis de ensino e orientam ações, projetos e programas diversos.

A OCA, sendo um Laboratório de Educação, sentiu necessidade de organizar uma estrutura conceitual e metodológica para dar suporte aos processos educadores por ela desenvolvidos, facilitando sua compreensão e visando a sustentabilidade. Um Método e cinco conceitos foram definidos como pilares para favorecer o diálogo entre teoria e prática, potencializando a ação individual e coletiva, por meio da participação.

Considerando o momento atual brasileiro com a definição da eleição presidencial de 2018, que é um desdobramento do impedimento da ex-presidenta Dilma ROUSSEF, da prisão política do ex-presidente Luiz Inácio LULA DA SILVA e de um discurso ultraconservador que demoniza todo o ativismo em defesa dos direitos humanos e da conservação da natureza, estão em suspensão os rumos que a EA enquanto política pública irá tomar, assim como, está sob risco todo Sistema Nacional de Meio Ambiente.

Referências bibliográficas

- BRASIL (2014). *ProNEA. Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- CARVALHO. Isabel Cristina de Moura (2004). Educação Ambiental Crítica: Nomes e Endereçamentos da Educação. En Philippe Pomer LAYRARGUES (coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*, p.13-23. Brasília: Edições MMA. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental.
- COOPERAFLORISTA. [Disponível em <https://www.cooperaflorista.com/loja-e-carrinho-c3m4>. Acesso outubro de 2019].
- GREENPEACE BRASIL. [Disponível em <https://www.greenpeace.org/brasil/>. Acesso setembro 2019].
- JURA ESALQ. [Disponível em <https://juraesalq.wordpress.com/>. Acesso outubro 2018].
- OCA–Laboratório de Educação e Política Ambiental–ESALQ/USP (2016). O “Método Oca” de Educação Ambiental: fundamentos e estrutura incremental, *Ambiente & Educação. Revista de Educação Ambiental*, 21 (1), p. 75-93. [Disponível em <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6012>]
- PROJETO BALEIA JUBARTE. [Disponível em <http://www.baleiajubarte.org.br/projetoBaleiaJubarte/index.php#>. Acesso agosto 2019].
- PROJETO TAMAR. [Disponível em <http://www.tamar.org.br/>. Acesso agosto 2019].
- SORRENTINO, Marcos (2000). De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil. En J. S. QUINTAS (org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*, volume 3. Brasília: Ibama (Coleção Meio Ambiente, Série Educação Ambiental).
- SORRENTINO, Marcos, Edna Costa SIM, Vidoto SACCONI et al. (2013). Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação e felicidade: fundamentos para educação ambiental. En Cíntia GÜTZEL-RISSATO, Daniel F. ANDRADE, Denise Maria Gândara ALVES, Marcos SORRENTINO, Maria CASTELANO, Simone PORTUGAL, Thaís BRIANEZZI, e Vivian BATTAINI (Org.) *Educação Ambiental e Políticas Públicas: Conceitos, Fundamentos e Vivências*. Curitiba: Appris. 1ª edição.
- SOS MATA ATLÂNTICA. [Disponível em <https://www.sosma.org.br/>. Acesso setembro 2019].